

## ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO CT-EI/CEF

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e dez minutos, no Hotel San Diego, localizado na avenida Alvares Cabral, 1181 – Lourdes – Belo Horizonte em Minas Gerais, teve início a **38ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CEF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. O coordenador, sr. André Serretti, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da **38ª reunião ordinária da CT-EI** com a participação dos membros da CT-EI, comissão de atingidos, assessorias técnicas, Fundação Renova e convidados como detalhado a seguir.

Pauta Geral	
PAUTA	DISCUSSÃO
<b>Informes gerais 1</b>	A coordenação apresentou o ofício da SEAMA informando a mudança na suplência da CT-EI, passando a ser representada pela Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - ADERES, que enviou ofício indicando o sr. Hugo Santos Tofoli.
<b>Informes gerais 2</b>	A coordenação apresentou um quadro geral das deliberações. Houve discussão entre os membros apontando o que está sendo cumprido parcial, integral e descumprido. <u>Acordou-se que, após efetivação da FLACSO, o secretariado fará o monitoramento dos encaminhamentos, deliberações e notificações.</u>
<b>Informes gerais 3</b>	André Serretti, informou que foi solicitado ponto de pauta na 44ª Reunião Ordinária do CEF, para discussão do fornecimento de silagem.
<b>Informes gerais 4</b>	André Serretti, propôs alteração na agenda do dia 07/01/20, que seria realizado o 9º GT-AGROPEC, para realização de alinhamento governamental. Os membros ponderaram que há necessidade de realização da reunião do GT-AGROPEC, porém há importância de agenda interna para levantamento das notificações e encaminhamentos. <u>Registro que foi levado à deliberação alteração da agenda, houve acordo, assim no dia 07/01/2020 não acontecerá o GT-AGROPEC e será realizada reunião interna com a participação dos membros da CT-EI.</u>
<b>Encaminhamento E38.1</b>	<b>A coordenação deverá informar aos atingidos, Fundação Renova e demais interessados da alteração na agenda de janeiro de 2020.</b>
<b>Encaminhamento E38.2</b>	<b>O secretariado da CT-EI deverá comunicar ao Fundo Brasil, Fundação Renova e demais interessados o cancelamento da agenda do 9º GT-AGROPEC.</b>

REUNIÃO ABERTA – Informes Gerais	
PAUTA	DISCUSSÃO
<b>Oficina de revisão dos programas</b>	André Serretti, apresentou planilha com o quadro de representantes da CT-EI, representantes dos órgãos públicos, estados e municípios para participação na oficina de revisão dos programas. Ana Cândida, MAPA, informou que não poderá participar por ter sabido da indicação no presente momento e em contato com o MAPA, considerando que não houve prévio aviso inviabilizando a tramitação interna da solicitação, não conseguiu liberação. A coordenação informou que houve alteração na agenda das oficinas, passando a ser realizada nos dias 19 e 20/12, em BH/MG.
<b>Informes 1</b>	A coordenação informou que houve alteração da data para realização da 9ª Reunião Ordinária do GT-AGROPEC, passando para o dia 30/01, em BH/MG
<b>Informes 2</b>	A coordenação informou que toda a gravação por áudio e/ou vídeo está proibida uma vez que há gravação oficial que é documento formal da CT. <u>A solicitação para acesso a gravação deverá ser encaminhada, por e-mail, a coordenação que disponibilizará a memória de áudio.</u>

<p><b>Oficina de revisão dos programas – parte II</b></p>	<p>André Serretti apresentou a metodologia e o fluxo da oficina, disponibilizado pela Falconi, na revisão dos programas, o documento foi arquivado e está disponível para consulta. Ainda, fez leitura do parecer técnico do IAJ para realização das oficinas, o documento foi arquivado e está disponível para consulta. A representante dos produtores rurais de Conselheiro Pena questionou como se dará a participação dos atingidos. André Cintra/Ramboll-MPF, informou que os <i>experts</i> do MP não estão autorizados a participarem do processo de revisão, considerando que no entendimento do MP se o escopo não está aprovado não se pode tratar de revisão. Mayara Viana/SEAPA, sinalizou a preocupação pois já houve a oficina de uso sustentável da terra, e com as informações prestadas gerou insegurança quanto o andamento do processo. Carlos Anselmo Cenachi/Fundação Renova, ponderou que já haviam pontuado ao CIF que o cumprimento da cláusula nº 203 do TTAC deveria ser somente após o avanço da elaboração dos programas. Sobre a representatividade, informou que a própria SECEX enviou solicitação de informação dos indicados. Esclareceu que toda a construção será acolhida para posterior contribuição, mas não serão incorporadas no processo que já está em andamento. Ainda, que a participação dos atingidos será <i>a priori</i> indicada pelo Fundo Brasil, mas ainda não recebeu resposta das indicações. André Cintra, informou que desconhece a participação do Fundo Brasil nesse cenário e se prontificou a buscar informações e trazer para conhecimento. Perguntou se as oficinas estão sendo gravadas, como se dará o registro das discussões e se estarão disponíveis para as CTs, sobre os pontos acordados questionou como serão tratados os senos e os dissensos. Carlos Anselmo Cenachi respondeu que as reuniões não estão sendo gravadas, e que esse ambiente não é um fórum deliberativo, todo material produzido será distribuído posteriormente aos atores pela Falconi. Ainda, o material produzido será enviado para as CTs e a consolidação será remetida para validação pela governança e, posteriormente, levado ao CIF, frisou que o material sistematizado será remetido para deliberação do conselho curador. Pedro Carvalho/SEAG, manifestou receio considerando que o material será entregue apenas para conhecimento e não para acordo, destacou que sentiu falta de representação dos atingidos. Ainda a metodologia foi apresentada pronta, feita pela Fundação Renova. O representante da Fundação Renova declarou que no cenário atual cumpre ao Fundo Brasil viabilizar a participação dos atingidos, destacou que o material já pronto é um norte para início da discussão, e o objetivo é o avanço dos trabalhos e o cumprimento da cláusula 203. André Cintra informou que o MPF oficiou o Fundo Brasil que fizesse a seleção dos atingidos, que por sua vez solicitou ao MPF que estabeleça critérios para essa escolha e o processo está nesse impasse. Os atingidos presentes destacaram que não cabe ao Fundo Brasil escolher quem vai participar ou não. <u>Houve grande manifestação dos atingidos em discordância dos critérios usados pelo Fundo Brasil na escolha da representação dos atingidos. Indicaram que a representatividade deve ser por área de atuação pois o critério de território não abrange todas as atividades que eram desenvolvidas pelos atingidos local. Simony Silva ponderou que há necessidade de efetivação da contratação das assessorias técnicas para que a participação dos atingidos seja mais qualificada.</u> André Serretti declarou que se a CT identificar entraves nos programas será levada a revisão pois o projeto está aberto a mudanças. André Cintra ponderou que há dificuldade imensa no cumprimento das deliberações. Carlos Anselmo Cenachi criticou a declaração do representante da Ramboll uma vez que tem mais de 340 deliberações, embora tenham sim certas dificuldades, no geral não há dificuldade imensa.</p>
<p><b>Encaminhamento E38.3</b></p>	<p><b>A Fundação Renova deverá enviar à coordenação da CT-EI o quadro de acompanhamento interno de cumprimento de deliberações até dia 13/12/19.</b></p>
<p><b>Discussão do PG 15</b></p>	<p>A coordenação fez leitura do escopo do programa. Posteriormente, Ana Cristina Lage, representante da Fundação Renova apresentou as contribuições, frisou que o PG 15 é o único que está com escopo aprovado, o objetivo continua o mesmo e, porém, há discussão sobre a revisão de indicadores, e apresentou o programa com a divisão de três eixos (i) ambientes de inovação, (ii) inovação para a reparação, (iii) fortalecimento de capital humano, . Lembrou que o material apresentado será usado nas oficinas de revisão dos indicadores. Lucas Silva/FAPEMIG questionou como se deu a inclusão das NTs no projeto de execução das oficinas. A representante da Fundação Renova disse que todo o material efetivo é trazido para o processo, a exemplo da indicação de revisão dos indicadores. A discussão se prolongou. Camila Nogueira/SETADES, solicitou esclarecimento dos novos eixos da estrutura criada para o momento de revisão, ponderou que o PG 15 está deixando</p>

	de fora as ações de formação educacional que constam na cláusula e até o momento não está contemplado. Destacou que essas ações poderiam estar voltadas para bolsas de mestrado e doutorado. Ana Cristina Lage, disse que foi ampliado o (i) processo de novos negócios e formação e há previsão de outros projetos estruturantes que visem a aplicação do conhecimento, (ii) geração de conhecimento, (iii) oferta de bolsas para estudantes de mestrado ou doutorado. A discussão se prolongou. André Cintra, solicitou que todos os materiais que estão prontos sejam disponibilizados para os membros da CT para que possam ter tempo de analisar antes das próximas oficinas.
--	--

Às onze horas e cinquenta e três minutos a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às treze horas e quinze minutos com a pauta a seguir detalhada.

PROPOSTAS PARA REVISÃO DOS PROGRAMAS	
PAUTA	DISCUSSÃO
Programa 15	A coordenação abriu discussão sobre as propostas para serem agregadas na revisão dos programas. <u>Houve proposta de destinação do uso dos rejeitos na construção civil.</u> Sobre as bolsas para graduação, houve grande manifestação sobre a disponibilização dos cursos de qualificação que possibilite que os atingidos ocupem as vagas que estão em aberto e habilite atuação no processo de revisão. <u>A proposta foi que deveria ser disponibilizado programa de bolsas de graduação para os atingidos ao longo da calha.</u> A discussão está arquivada em memória de áudio junto ao secretariado e disponível para consulta.
Programa 16	O coordenador fez leitura dos eixos do PG16 que sintetizam retomada das atividades pesqueiras e atividade produtiva. José Marcio, representante da comissão dos atingidos de Rio Doce, falou um pouco do <i>status</i> atual da pesca no município e cobrou estruturação da atividade. Camila Camilo, representante da Fundação Renova, ponderou que a discussão sobre a pesca estava parada, sendo retomada há pouco tempo, ressaltou que o relato é conhecido e que realizou reunião com o grupo e estão em alinhamento para atendimento dos anseios, ponderou que tendo em vista que não há definição do programa resta prejudicada o avanço da discussão. Houve grande discussão. Mirna Correa/MAPA, disse que a coordenação do GT-Pesca é da CT-EI, defendeu que o GT deve ser formalizado para iniciar os trabalhos de construção de escopo e início dos trabalhos. Ainda, que a associação deveria iniciar antes da cooperativa. Houve grande manifestação sobre o fomento da estruturação/beneficiamento do pescado. A discussão apontou que há de se ter preocupação com a pesca marítima e água doce.
Programa 17	Pedro Carvalho, relatou o ocorrido na oficina do programa, destacou que lograram êxito na inclusão dos objetivos. Houve ponderações e em suma indicaram que tudo as ações devem contemplar a extensão da calha.
Manifestação	Elaine Ambrósio disse que foi teve proposta para aceitar a indenização dos danos causados em sua propriedade e que o tempo curto para a análise impossibilitou que ela apresentasse contraproposta, mas teve que assinar para receber a indenização. Solicitou ajuda da CT para que possa receber os lucros cessantes e mais danos sofridos. A discussão se prolongou e foi identificado que a demanda está no âmbito da CT-OS.
Encaminhamento E38.4	<b>A coordenação deverá informar o fato narrado a CT-OS para tratativa e solicitando devolutiva.</b>
Programa 18	A coordenação fez leitura dos eixos centrais do programa. Ana Cristina Lage, representante da Fundação Renova iniciou a apresentação e informou que estão trabalhando com a proposta de banco comunitário com o BDMG em Regência e Barra Verde, ponderou que não vai substituir o COMPETE, porém não há nada fechado. Destacou que caso o BANDES não aceite a proposta o BDMG atenderá toda a calha. Houve grande discussão sobre os fundos de financiamento BDMG e BANDES. Hugo Tofoli frisou que quem opera microcrédito no estado do Espírito Santo é a ADERES e sugeriu diálogo. <u>Registra-se que, a Fundação Renova, para discutir política de microcrédito e banco comunitário no Espírito Santo deve procurar a ADERES.</u> A discussão sugeriu que a Renova dialogue com o SICOOB.

	<p>Camilla Nogueira/SETADES destacou que se verificou destaque nas ações em Mariana em detrimento das demais. Houve grande discussão. Simony Silva, representante da CRQ Degredo, destacou os critérios utilizados atendam as condições reais dos atingidos.</p>
<b>Programa 19</b>	<p>André Serretti fez leitura das cláusulas do TTAC que tratam do assunto. Ana Cristina Lage, apresentou devolutiva sobre a NT 72, disse que não houve consenso quanto a área de atendimento pois há limitação prevista no TTAC para atuação. Camila Paulini/Ramboll-MPF, fez leitura da NT 72. A discussão se prolongou. Houve manifestação dos membros indicando que no momento de revisão seja revisto os indicadores. <u>Mirna frisou que a retomada de renda deve ser ao estado anterior ao evento.</u> Camilla Nogueira/SETADES disse que há necessidade de levar para o processo de revisão a construção da matriz de danos para mesurar as perdas dos micros e pequenos empreendedores. <u>André Serretti disse que o cadastro não pode ser o único meio para reconhecimento dos micros e pequenos empreendedores. Registro que, além do cadastro, a matriz de danos deve ser considerada para a identificação das ações de reparação.</u> A discussão se prolongou. A representante da Fundação Renova disse que as ações estão na área de abrangência do PG 19 serão tratadas individualmente, as que estiverem fora serão tratadas na coletividade no âmbito do PG18.</p>
<b>Programa 20</b>	<p>A coordenação fez leitura das cláusulas do TTAC que tratam do programa e informou que o programa está com NT 73 finalizada e será debatida na 44ª RO do CIF. Matheus Nascimento/SEDESE, ponderou que a discussão versa sobre os critérios do que é considerado contratação local com base na NT anterior do PG. Camilla Nogueira/SETADES disse que a NT 73 visa garantia concreta do projeto de enfrentamento da pobreza. O representante da Fundação Renova disse que será incluída no escopo do programa as indicações trazidas na NT. Mirna Corrêa/MAPA ponderou que o grande desafio para 2020 é fazer com que os programas “conversem”. A discussão se prolongou. <u>Registra-se que os indicadores de resultado devem medir a distribuição da aplicação recursos, independente do resultado uma vez que se verifica concentração em três município.</u></p>
<b>Programa 42</b>	<p>A coordenação fez leitura das cláusulas do TTAC que tratam do programa. Camilla Nogueira/SETADES apresentou o tema proposto e reforçou que o ressarcimento ao erário público deve ser corrigido os gastos pelo IPCA e a proposta da NT é que seja adotada a metodologia aplicada pelo INDI e o pagamento da hora-homem. A discussão se prolongou. Ana Cristina Lage disse que não há previsão de correção pelo IPCA. Ao final, o coordenador ponderou que por não haver consenso, a discussão deverá seguir para o âmbito CIF para deliberação, mas que os municípios que já enviaram o fechamento dos gastos devem ser feitos a sistematização e encaminhado para a Fundação Renova dar tratativa. Ainda que o posicionamento da CT-EI é que o pagamento seja feito com periodicidade e ao longo da reparação.</p>

Finalmente, o coordenador da CT-EI, André Serretti, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a **38ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF** às dezesseis horas e vinte minutos do dia doze de dezembro de 2019.

**Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 04/03/2020, na 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO – CTEI/CIF.**



**ANDRÉ SERRETTI**  
**COORDENADOR DA CT-EI**